



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA

Serviços Público Estadual
Processo nº E-12/003/235/2013
Data 18/03/13 Fls.: 32
Rubrica:

Processo nº.: E-12/003/235/2013.
Data de autuação: 18/03/2013.
Concessionária: PROLAGOS.
Assunto: DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005.
Sessão Regulatória: 28/05/2013.

RELATÓRIO

O presente regulatório foi instaurado através REQ AGENERSA/SECEX nº. 191, de 18 de março de 2013, com o fito de analisar o cumprimento do Decreto Federal nº. 5.440/2005.

Referido decreto estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

Através da 'Carta n. 0311/2013', a Concessionária Prolagos enviou Relatório de Qualidade da Água - ano 2012, Estação de Tratamento de Águas (ETAs) Tamoios e Juturnaíba, aduzindo:

"(...)

O referido relatório foi distribuído aos usuários dos serviços em cumprimento ao Decreto Federal 5.440, de 04/05/2005, à Lei Federal 8.078/90 e à Portaria 2.914/2011 e também se encontra disponível nas lojas de atendimento da concessionária, no site da Prolagos (www.prolagos.com.br), além de divulgado nos perfis da Prolagos nas redes sociais: twitter.com/prolagos e facebook.com/prolagos.

A entrega do documento propicia o acompanhamento anual do cumprimento pela concessionária do disposto no Decreto Federal nº 5.440/2005, conforme previsto no artigo 2º da Deliberação AGENERSA Nº 097/2007.

"(...)"

Às fls. 08/09, a Concessionária Prolagos apresentou o Relatório de ambas as ETAs, destacando-se:

- i. "Médias Mensais das Análises na Rede de Distribuição ETA Tamoios e ETA Juturnaíba;



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA

Serviços Público Estadual

Processo nº E-12/003/235/2013

Data 18/03/13 Fls.: 33

Rubrica: *[assinatura]*

- ii. *Significado dos Principais Parâmetros;*
- iii. *Tratamento Eta Tamoios e Eta Juturnaíba;*
- iv. *Características do Manancial;*
- v. *Informação ao Consumidor sobre Qualidade de Água para Consumo Humano;*
- vi. *Órgãos Responsáveis pela Vigilância da qualidade da Água;*
- vii. *Como entrar em contato com a Prolagos."*

Com base nos documentos apresentados, a CASAN se manifestou às fls. 13/14, e, analisando detidamente os mesmos, afirmou:

"(...)

No Relatório elaborado pela Prolagos foram apresentadas as informações contidas nos itens de a até j estabelecidos no inciso II do Art. 5º do citado Decreto, que são exigidas para composição do Relatório Anual a ser fornecido aos usuários atendidos pela Concessionária.

CONCLUSÃO

Diante do exposto a CASAN entende que a Prolagos atendeu satisfatoriamente o disposto no Decreto Nº 5.440/2005, apresentando o Relatório Anual referente ao ano de 2012, no prazo estabelecido, (15/03/2013), contendo todas as informações exigidas."

Mediante Ofício AGENERSA/SECEX nº 180, a Concessionária Prolagos foi informada da autuação do presente regulatório, resguardando o contraditório e a ampla defesa.

No dia 08 de abril de 2013, de acordo com a Resolução do Conselho Diretor nº 358, o presente feito foi distribuído a minha Relatoria.

Instada a se manifestar, a Procuradoria se pronunciou conclusivamente às fls. 20/23, nos seguintes termos:

"Preliminarmente requeiro seja determinada a retificação da autuação do presente processo para constar em sua capa que o cumprimento é do Decreto Federal nº 5440/2005, conforme cópia do mesmo, em fls. 04/06, e não 'Lei Federal nº 5440/2005'."

[assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA

Serviços Público Estadual
Processo nº E-12/003/235/2013
Data 18/03/13 Fls.: 34
Rubrica: [assinatura]

(...)

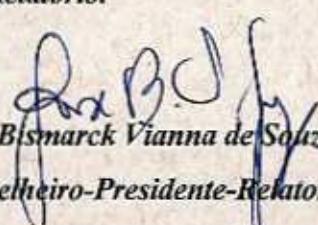
Isto posto, e com base na Nota Técnica Agenera/Casan n.º 42/2013, opino por considerar que vem sendo cumprido, pela Concessionária Prolagos, os termos do Decreto Federal n.º 5440/2005, com a tempestiva apresentação do Relatório Anual de Qualidade da Água 2012 - ETAs Tamoios e Juturnaíba, de fls. 08/09, verso.

É o parecer."

Após a reatuação (fls. 24), mediante Ofício CODIR/JB n.º 80/2013, assinei prazo de 10 (dez) dias para apresentação de razões finais da Concessionária Prolagos.

Em suas razões finais, a Concessionária Prolagos reiterou o total cumprimento ao que dispõe o Decreto 5.440/2005, destacando que a Câmara Técnica e a Procuradoria compartilham do mesmo entendimento.

É o Relatório.


José Bismarck Vianna de Souza
Conselheiro-Presidente-Relator

Roberto f



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA

Processo n.º : E-12/003/235/2013.
Data de autuação: 18/03/2013.
Concessionária: PROLAGOS.
Assunto: DECRETO FEDERAL Nº 5.440/2005.
Sessão Regulatória: 28/05/2013.

VOTO

O presente regulatório foi instaurado através REQ AGENERSA/SECEX n.º 191, de 18 de março de 2013, com o fito de analisar o cumprimento do Decreto Federal n.º 5.440/2005.

Referido decreto estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

Observei que dentre as informações constantes do Relatório, destacam-se as pertinentes às Médias Mensais das Análises na Rede de Distribuição ETA (Estação de Tratamento de Água) Tamoios e Juturnaíba, Significado dos Principais Parâmetros, Características do Manancial, Informação ao Consumidor sobre Qualidade de Água para Consumo Humano e os Órgãos Responsáveis pela Vigilância da qualidade da Água.

Em sua manifestação de fls. 13/14, a CASAN entendeu pelo cumprimento de forma satisfatória do Relatório apresentado, o qual foi corroborado pelo parecer da Procuradoria às fls. 20/23.

Analisando o Decreto supramencionado, bem como as informações que fazem parte do Relatório, entendo que foram cumpridas as determinações legais, inclusive, de forma clara e precisa ao usuário.

Não obstante, além de observada a tempestividade da apresentação do Relatório em apreço, até o dia 15 de março do ano de 2013, está totalmente regular a apresentação das informações de responsabilidade da Concessionária, nos termos do art. 3º, III, e art. 5º, II do Decreto Federal n.º 5.440/2005, respectivamente.

Portanto, considerando o entendimento exarado pela CASAN pelo cumprimento do Decreto 5.440/2005, corroborado pela Procuradoria, sugiro ao Conselho Diretor:

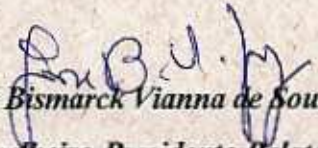
1001104



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA

- Considerar que vem sendo cumprido pela Concessionária Prolagos o Decreto Federal nº. 5.440/2005, com a tempestiva apresentação do Relatório Anual de Qualidade da Água 2012 - ETAs Tamoios e Juturnaíba.

É como voto.


José Bismarck Vianna de Souza
Conselheiro-Presidente-Relator



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Processo nº E-12.1003.12.35 12013
18/03/2013 Fls. 37

Roberto J

DECRETO Nº 5.440, DE 4 DE MAIO DE 2005.

Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 9.433, de 8 de janeiro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento público, assegurado pelas Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e pelo Decreto nº 79.367, de 9 de março de 1977, e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano, na forma do Anexo - "Regulamento Técnico sobre Mecanismos e Instrumentos para Divulgação de Informação ao Consumidor sobre a Qualidade da Água para Consumo Humano", de adoção obrigatória em todo o território nacional.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento do disposto no Anexo será exercida pelos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça, das Cidades, do Meio Ambiente e autoridades estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e municipais, no âmbito de suas respectivas competências.

Parágrafo único. Os órgãos identificados no caput prestarão colaboração recíproca para a consecução dos objetivos definidos neste Decreto.

Art. 3º Os órgãos e as entidades dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios e demais pessoas jurídicas, às quais este Decreto se aplica, deverão enviar as informações aos consumidores sobre a qualidade da água, nos seguintes prazos:

I - informações mensais na conta de água, em cumprimento às alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 5º do Anexo, a partir do dia 5 de junho de 2005;

II - informações mensais na conta de água, em cumprimento às alíneas "c" e "d" do inciso I do art. 5º do Anexo, a partir do dia 15 de março de 2006; e

III - relatório anual até quinze de março de cada ano, ressalvado o primeiro relatório, que terá como data limite o dia 1º de outubro de 2005.

Art. 4º O não-cumprimento do disposto neste Decreto e no respectivo Anexo implica infração às Leis nºs 8.078, de 1990, e 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 5º Fica aprovado, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento Técnico sobre Mecanismos e Instrumentos para Divulgação de Informação ao Consumidor sobre a Qualidade da Água para Consumo Humano.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

Humberto Sérgio Costa Lima
Marina Silva
Olívio de Oliveira Dutra

Serviço Público Estadual

Processo nº E-12/003/235 12 a 13.

Data 18/03/2013 38

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 05.5.2005

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE MECANISMOS E INSTRUMENTOS PARA DIVULGAÇÃO DE
INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Anexo estabelece mecanismos e instrumentos de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano, conforme os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Cabe aos responsáveis pelos sistemas e soluções alternativas coletivas de abastecimento de água cumprir o disposto neste Anexo.

Art. 3º A informação prestada ao consumidor sobre a qualidade é características físicas, químicas e microbiológicas da água para consumo humano deverá atender ao seguinte:

I - ser verdadeira e comprovável;

II - ser precisa, clara, correta, ostensiva e de fácil compreensão, especialmente quanto aos aspectos que impliquem situações de perda da potabilidade, de risco à saúde ou aproveitamento condicional da água; e

III - ter caráter educativo, promover o consumo sustentável da água e proporcionar o entendimento da relação entre a sua qualidade e a saúde da população.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins deste Anexo são adotadas as seguintes definições:

I - água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde;

II - sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, destinada à produção e à distribuição canalizada de água potável para populações, sob a responsabilidade do poder público, mesmo que administrada em regime de concessão ou permissão;

III - solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema público de abastecimento de água, incluindo, dentre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontais e verticais;

IV - controle da qualidade da água para consumo humano: conjunto de atividades exercidas de forma contínua pelos responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, destinadas a verificar se a água fornecida à população é potável, assegurando a manutenção desta condição;

V - vigilância da qualidade da água para consumo humano: conjunto de ações adotadas continuamente pela autoridade de saúde pública, para verificar se a água consumida pela população atende aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde, e avaliar os riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água representam para a saúde humana;

VI - sistemas isolados: sistemas que abastecem isoladamente bairros, setores ou localidades;

VII - sistemas integrados: sistemas que abastecem diversos municípios simultaneamente ou quando mais de uma unidade produtora abastece um único município, bairro, setor ou localidade;

VIII - unidade de informação: área de abrangência do fornecimento de água pelo sistema de abastecimento;

e

IX - ligação predial: derivação da água da rede de distribuição que se liga às edificações ou pontos de consumo por meio de instalações assentadas na via pública até a edificação.

Serviço Público Estadual

CAPÍTULO III

DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR

Processo n.º E-12/003/1235 2013

Data 18/03/2013 Fls. 39

Yobris +

Art. 5º Na prestação de serviços de fornecimento de água é assegurado ao consumidor, dentre outros direitos:

I - receber nas contas mensais, no mínimo, as seguintes informações sobre a qualidade da água para consumo humano:

a) divulgação dos locais, formas de acesso e contatos por meio dos quais as informações estarão disponíveis;

b) orientação sobre os cuidados necessários em situações de risco à saúde;

c) resumo mensal dos resultados das análises referentes aos parâmetros básicos de qualidade da água; e

d) características e problemas do manancial que causem riscos à saúde e alerta sobre os possíveis danos a que estão sujeitos os consumidores, especialmente crianças, idosos e pacientes de hemodiálise, orientando sobre as precauções e medidas corretivas necessárias;

II - receber do prestador de serviço de distribuição de água relatório anual contendo, pelo menos, as seguintes informações:

a) transcrição dos arts. 6º, inciso III, e 31 da Lei nº 8.078, de 1990, e referência às obrigações dos responsáveis pela operação do sistema de abastecimento de água, estabelecidas em norma do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis;

b) razão social ou denominação da empresa ou entidade responsável pelo abastecimento de água, endereço e telefone;

c) nome do responsável legal pela empresa ou entidade;

d) indicação do setor de atendimento ao consumidor;

e) órgão responsável pela vigilância da qualidade da água para consumo humano, endereço e telefone;

f) locais de divulgação dos dados e informações complementares sobre qualidade da água;

g) identificação dos mananciais de abastecimento, descrição das suas condições, informações dos mecanismos e níveis de proteção existentes, qualidade dos mananciais, fontes de contaminação, órgão responsável pelo seu monitoramento e, quando couber, identificação da sua respectiva bacia hidrográfica;

h) descrição simplificada dos processos de tratamento e distribuição da água e dos sistemas isolados e integrados, indicando o município e a unidade de informação abastecida;

i) resumo dos resultados das análises da qualidade da água distribuída para cada unidade de informação, discriminados mês a mês, mencionando por parâmetro analisado o valor máximo permitido, o número de amostras realizadas, o número de amostras anômalas detectadas, o número de amostras em conformidade com o plano de amostragem estabelecido em norma do Ministério da Saúde e as medidas adotadas face às anomalias verificadas; e

j) particularidades próprias da água do manancial ou do sistema de abastecimento, como presença de algas com potencial tóxico, ocorrência de flúor natural no aquífero subterrâneo, ocorrência sistemática de agrotóxicos no manancial, intermitência, dentre outras, e as ações corretivas e preventivas que estão sendo adotadas para a sua regularização.

Art. 6º A conta mensal e o relatório anual deverão trazer esclarecimentos quanto ao significado dos

parâmetros neles mencionados, em linguagem acessível ao consumidor, observado o disposto no art. 3º deste Anexo.

Art. 7º A conta mensal e o relatório anual serão encaminhados a cada ligação predial.

Parágrafo único. No caso de condomínios verticais ou horizontais atendidos por uma mesma ligação predial, o fornecedor deverá orientar a administração, por escrito, a divulgar as informações a todos os condôminos.

Art. 8º O relatório anual deverá contemplar todos os parâmetros analisados com frequência trimestral e semestral que estejam em desacordo com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, seguido da expressão: "FORA DOS PADRÕES DE POTABILIDADE".

§ 1º O consumidor deverá ser informado caso não sejam realizadas as análises dos parâmetros referidos no caput.

§ 2º Fica assegurado ao consumidor o acesso aos resultados dos demais parâmetros de qualidade de água para consumo humano estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º Os prestadores de serviço de transporte de água para consumo humano, por carros-pipa, carroças, barcos, dentre outros, deverão entregar aos consumidores, no momento do fornecimento, no mínimo, as seguintes informações:

I - data, validade e número ou dado indicativo da autorização do órgão de saúde competente;

II - identificação, endereço e telefone do órgão de saúde competente;

III - nome e número de identidade do responsável pelo fornecimento;

IV - local e data de coleta da água; e

V - tipo de tratamento e produtos utilizados.

Serviço Público Estadual

Processo n.º E-12/003/235 / 2013

Data 18/03/2013 Fls. 40

Rubrica 

§ 1º Cabe aos órgãos de saúde fornecer formulário padrão onde estarão contidas as informações referidas nos incisos I a V.

§ 2º Os prestadores de serviço a que se refere o caput deverão prover informações aos consumidores sobre cor, cloro residual livre, turbidez, pH e coliformes totais, registrados no fornecimento.

Art. 10. Nas demais formas de soluções alternativas coletivas, as informações referidas no art. 5º deste Anexo serão veiculadas, dentre outros meios, em relatórios anexos ao boleto de pagamento de condomínio, demonstrativos de despesas, boletins afixados em quadros de avisos ou ainda mediante divulgação na imprensa local.

Art. 11. Os responsáveis pelas soluções alternativas coletivas deverão manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível aos consumidores e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública.

CAPÍTULO IV

DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COMPLEMENTARES

Art. 12. Os responsáveis pelos sistemas de abastecimento devem disponibilizar, em postos de atendimento, informações completas e atualizadas sobre as características da água distribuída, sistematizadas de forma compreensível aos consumidores.

Art. 13. A fim de garantir a efetiva informação ao consumidor, serão adotados outros canais de comunicação, tais como: informações eletrônicas, ligações telefônicas, boletins em jornal de circulação local, folhetos, cartazes ou outros meios disponíveis e de fácil acesso ao consumidor, sem prejuízo dos instrumentos estabelecidos no art. 5º deste Anexo.

Art. 14. Os responsáveis pelos sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas deverão comunicar imediatamente à autoridade de saúde pública e informar, de maneira adequada, à população a

- detecção de qualquer anomalia operacional no sistema ou não-conformidade na qualidade da água tratada, identificada como de risco à saúde, independentemente da adoção das medidas necessárias para a correção da irregularidade.

Parágrafo único. O alerta à população atingida deve contemplar o período que a água estará imprópria para consumo e trazer informações sobre formas de aproveitamento condicional da água, logo que detectada a ocorrência do problema.

Art. 15. O responsável pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano, ao realizar programas de manobras na rede de distribuição, que, excepcionalmente, possam submeter trechos a pressões inferiores a atmosférica, deverá comunicar essa ocorrência à autoridade de saúde pública e à população que for atingida, com antecedência mínima de setenta e duas horas, bem como informar as áreas afetadas e o período de duração da intervenção.

Parágrafo único. A população deverá ser orientada quanto aos cuidados específicos durante o período de intervenção e no retorno do fornecimento de água, de forma a prevenir riscos à saúde.

Art. 16. Os responsáveis pelos sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas deverão manter mecanismos para recebimento de reclamações referentes à qualidade da água para consumo humano e para a adoção das providências pertinentes.

Parágrafo único. O consumidor deverá ser comunicado, formalmente, por meio de correspondência, no prazo máximo de trinta dias, a partir da sua reclamação, sobre as providências tomadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Compete aos órgãos de saúde responsáveis pela vigilância da qualidade da água para consumo humano:

I - manter registros atualizados sobre as características da água distribuída, sistematizados de forma compreensível à população e disponibilizados para pronto acesso e consulta pública;

II - dispor de mecanismos para receber reclamações referentes às características da água, para adoção das providências adequadas;

III - orientar a população sobre os procedimentos em caso de situações de risco à saúde; e

IV - articular com os Conselhos Nacionais, Estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e Municipais de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas e demais entidades representativas da sociedade civil atuantes nestes setores, objetivando apoio na implementação deste Anexo.

§ 1º Os órgãos de saúde deverão assegurar à população o disposto no art. 14 deste Anexo, exigindo maior efetividade, quando necessário, e informar ao consumidor sobre a solução do problema identificado, se houver, no prazo máximo de trinta dias, após o registro da reclamação.

§ 2º No caso de situações de risco à saúde de que trata o inciso III e o § 1º deste artigo, os órgãos de saúde deverão manter entendimentos com o responsável pelo sistema de abastecimento ou por solução alternativa coletiva quanto às orientações que deverão ser prestadas à população por ambas as partes.

Art. 18. Caberão aos Ministérios da Saúde, da Justiça, das Cidades, do Meio Ambiente e às autoridades estaduais, municipais, do Distrito Federal e Territórios, o acompanhamento e a adoção das medidas necessárias para o cumprimento do disposto neste Anexo.

Processo n.º 6-12/003/235 2013

Data 18/03/2013 Fls. 41

Roberto



SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Serviço Público Estadual

Processo n.º E-12/003/235/2013

Data 18/03/2013 42

DELIBERAÇÃO AGENERSA N.º 5630

DE 28 DE MAIO DE 2013.

Concessionária Prolagos - DECRETO
FEDERAL N.º 5.440/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, tendo em vista o que consta no Processo Regulatório n.º E-12/003/235/2013, por unanimidade,

DELIBERA:

Art. 1º - Considerar que vem sendo cumprido pela Concessionária Prolagos o Decreto Federal n.º 5.440/2005, com a tempestiva apresentação do Relatório Anual de Qualidade da Água 2012 - ETAs Tamoios e Juturnaíba.

Art. 2º - Encerrar o presente processo, uma vez não existir mais providência a ser tomada.

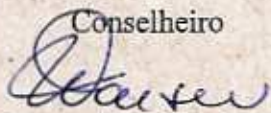
Art. 3º - A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013.


José Bismarck Vianna de Souza
Conselheiro-Presidente-Relator

Luigi Eduardo Troisi

Conselheiro



Moacyr Almeida Fonseca

Conselheiro


Silvio Carlos Santos Ferreira

Conselheiro

Roosevelt Brasil Fonseca

Conselheiro


Mário Flávio Moreira

Vogal